

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Folha de S. Paulo Class.: 19

Data 08/07/91 Pg.: _____

Fundo para a Amazônia divide ambientalistas

Onze entidades civis participam pela primeira vez de reunião de cúpula dos países industrializados sobre ambiente

RICARDO ARNT

Da Reportagem Local

Um grupo de trabalho **AMBIENTE** composto por 11 entidades não-governamentais vai administrar, junto com a Secretaria Nacional do Meio Ambiente, os US\$ 1,56 bilhões do Programa Piloto Para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, cuja aprovação deverá ser decidida na reunião de cúpula dos sete industrializados (G-7), no próximo dia 13, em Londres. É a primeira vez em que entidades civis participam da gestão de um programa ambiental governamental.

O plano, elaborado em nove meses por técnicos federais, do Banco Mundial e da Comissão Econômica Européia, especifica-

mente para a Amazônia, considera que o modelo associativo proposto para a sociedade civil e o governo "é certamente inovador". Mas para as entidades que o rejeitam, ele "configura um esforço de cooptação". Em sua primeira fase (US\$ 280 milhões), o programa prevê a distribuição de US\$ 42 milhões entre projetos demonstrativos não-governamentais na Amazônia.

Os recursos serão captados pelo Fundo para a Conservação das Florestas Tropicais através de doações e empréstimos concessionais dos governos dos EUA, Japão, Reino Unido, Alemanha, França, Canadá e Itália, conversões da dívida externa e contribuições públicas e privadas. Guido Osterhaus, diretor da Cooperação Regional com a América

Latina do Ministério Federal de Cooperação Econômica da Alemanha, confirmou que seu país alocou US\$ 250 milhões para o programa. Nenhum outro país do G-7 o fez. A versão final do plano foi aprovada pelo Banco Mundial na quarta-feira.

O Programa Piloto foi proposto pela Alemanha em 1989 como modelo para todas as florestas tropicais do planeta. Para discutí-lo, foram feitas várias reuniões entre autoridades brasileiras, do Bird, da CEE e ambientalistas.

O Grupo de Trabalho Para o Projeto G-7 foi composto, em Brasília, pelo Instituto de Estudos Amazônicos, Centro de Trabalho Indigenista, Fundação Mata Virgem, Associação Brasileira de Antropologia, Central Única de

Trabalhadores (CUT), Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica, Fundação Vitória Amazônica, Projeto Estudos sobre Terras Indígenas no Brasil, Comissão Pela Criação do Parque Yanomami, Instituto de Pré-História, Antropologia e Ecologia, Projeto Saúde Alegria e Funatura.

Outras organizações rejeitam o programa. O Fórum das ONGs Brasileiras para a Eco-92 pediu ao Banco Mundial sua suspensão, até que fosse mais debatido. Carlos Aveline, presidente da União Protetora do Ambiente Natural, condena a "entrega de recursos ao governo Collor". Camilo Viana, da Sociedade de Preservação dos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia, de Belém, é contra "a venda da Amazônia às super-potências".

Crise no leste prejudica plano

Da Reportagem Local

O Programa Piloto Para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil pretende "atacar as causas da degradação ambiental e da perda da biodiversidade na região Amazônica através de ação governamental direta e encorajando a ação de outros órgãos da sociedade".

Está dividido em sub-programas "estruturais", para fortalecer instituições governamentais, e "demonstrativos", para promover iniciativas populares. Deve ser desenvolvido em cinco anos.

Dos US\$ 280 milhões da primeira fase, 32% destinamse

à implantação e administração de unidades de conservação (incluindo áreas indígenas) e 15% a projetos de organizações não-governamentais. A Comissão Coordenadora vai analisar todos os projetos não governamentais encaminhados ao Fundo Nacional de Meio Ambiente e selecionar 60 para receber recursos.

Com US\$ 1,56 bilhões, a Secretaria Nacional de Meio Ambiente pretende promover, além da conservação de ecossistemas, a reabilitação de áreas degradadas, o zoneamento ambiental e o fortalecimento dos órgãos ambientais e de pesquisa na Amazônia.